

A Representação de Identidades LGBTQIAPN+ em Aplicativos de Criação de Genogramas: Uma Revisão de Escopo

Bianca da Silva dos Santos*

Orcid.org/0009-0001-0206-7968

Isadora Cechin Filipiack

Orcid.org/0000-0002-9799-0797

Cláudia Mara Bosetto Cenci

Orcid.org/0000-0001-9998-2339

Atitus Educação, Passo Fundo, RS, Brasil

Resumo

Genogramas são ferramentas gráfico-visuais utilizadas para representar a história familiar e identificar padrões transgeracionais. O uso de aplicativos de criação de genograma viabiliza a construção e a edição desses mapas familiares, oferecendo diversas possibilidades de visualização, edição e personalização. Esta revisão de escopo investigou a representação de identidades LGBTQIAPN+ em aplicativos de criação de genogramas. Para tanto, utilizaram-se os critérios de Arksey e O'Malley (2005). Após uma busca na internet, pesquisando-se por “aplicativos de criação de genograma familiar gratuito”, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão, utilizando um fluxograma com base no modelo PRISMA; foram selecionados três aplicativos (Álbum de Família, *Edraw Max* e *GenoPro*). Utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011), os dados foram categorizados com base nos critérios de usabilidade da ferramenta, representação de identidades LGBTQIAPN+ e presença de campos editáveis para inserção de outras informações. Evidenciou-se a limitação das representações LGBTQIAPN+ nos aplicativos analisados, pois nenhum deles apresentou símbolos específicos que contemplem todas as identidades descritas na sigla. Além disso, destacou-se a falta de símbolos neutros padronizados, que contemplem a diversidade sexual e de gênero que contribuam para uma prática clínica mais inclusiva.

Palavras-chave: Genograma, minorias sexuais, diversidade, terapia familiar, aplicativos de genograma.

* Correspondência: Rua Senador Pinheiro, 304, CEP 99070-220. Passo Fundo – RS, Brasil. E-mail: biancaafirmativa@gmail.com.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudos para a primeira autora.

The Representation of LGBTQIAPN+ Identities in Genogram Creation Applications: A Scoping Review

Abstract

Genograms are graphical and visual tools used to represent family history and identify transgenerational patterns. Genogram creation applications enable the creation and editing of these family maps, offering various viewing, editing, and customization options. This scoping review investigated the representation of LGBTQIAPN+ identities in genogram creation applications. The criteria proposed by Arksey and O'Malley (2005) were used. After searching the internet for “*aplicativos de criação de genograma familiar gratuito*” and then applying inclusion and exclusion criteria using a flowchart based on the PRISMA model, three apps were selected (Family Album, Edraw Max and GenoPro). Using Bardin's (2011) content analysis, the data was categorized based on the criteria of Usability of the tool, Representation of LGBTQIAPN+ identities and Presence of editable fields for entering other information. The limitation of LGBTQIAPN+ representations in the apps analyzed was evident, as none of them had specific symbols that covered all the identities described in the acronym. There is a lack of standardized neutral symbols that take into account sexual and gender diversity and contribute to a more inclusive clinical practice.

Keywords: Genogram, sexual minorities, diversity, family therapy, genogram applications.

La Representación de las Identidades LGBTQIAPN+ en las Aplicaciones de Creación de Genogramas: Una Revisión del Alcance

Resumen

Los genogramas son herramientas gráficas y visuales que se utilizan para representar la historia familiar e identificar patrones transgeneracionales. Las aplicaciones de creación de genogramas permiten crear y editar estos mapas familiares, ofreciendo diversas opciones de visualización, edición y personalización. Esta revisión del alcance investigó la representación de las identidades LGBTQIAPN+ en las aplicaciones de creación de genogramas. Se utilizaron los criterios propuestos por Arksey y O'Malley (2005). Tras buscar en Internet “*aplicativos de criação de genograma familiar gratuito*”, aplicar criterios de inclusión y exclusión mediante un diagrama de flujo basado en el modelo PRISMA, se seleccionaron tres apps (Family Album, Edraw Max y GenoPro). Utilizando el análisis de contenido de Bardin (2011), se categorizaron los datos basándose en los criterios de usabilidad de la herramienta, la representación de las identidades LGBTQIAPN+ y la presencia de campos editables para introducir otra información. La limitación de representaciones LGBTQIAPN+ en las apps analizadas fue evidente, ya que ninguna de ellas contaba con símbolos específicos que abarcaran todas las identidades descritas en el acrónimo. Faltan símbolos neutros estandarizados que tengan en cuenta la diversidad sexual y de género y contribuyan a una práctica clínica más inclusiva.

Palabras clave: Genograma, minorías sexuales, diversidad, terapia familiar, aplicaciones del genograma.

Através do tempo, as identidades LGBTQIAPN¹ foram minorizadas, compreendidas como pecado, crime e, por último, como doença (Fry & MacRae, 1983/1991). As pesquisas de Meyer e colaboradores/as (Meyer, 2007) acerca do fenômeno do estresse de minoria auxiliaram significativamente na compreensão de que as causas do sofrimento da população LGBTQIAPN+ não estão relacionadas às suas identidades sexuais e de gênero *per se*, mas, sim, às repercussões negativas do preconceito contra diversidade sexual e de gênero na vida da pessoa LGBTQIAPN+. Entendendo a gênese da questão, ao relacionar os conhecimentos de Butler (1993/2003) e Foucault (1985), é possível compreender que as identidades sexuais e de gênero dissidentes transgridem as discursividades normativas sobre sexualidade e gênero transmitidas intergeracionalmente no ocidente. Esses discursos naturalizam as identidades cisgêneras² e heterossexuais³, tendo como justificativa um modelo ideal de “família” ocidental, organizado em torno do trabalho e da produtividade para a geração de capital, o qual deve ser seguido por todas as pessoas (Hervouet, 2024).

Apesar da existência de evidências de orientações sexuais e gêneros diversos desde a Pré-história, as famílias LGBTQIAPN+ ainda hoje enfrentam formas muito significativas de preconceito e discriminação em diferentes setores sociais (Reis, 2018). De acordo com os estudos de Gaspodini e Falcke (2018), nos quais investigou-se a relação entre o preconceito e as crenças sobre diversidade sexual e de gênero em pessoas psicólogas brasileiras, foram identificadas crenças psicossociais patologizantes sobre

a natureza da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade. Infelizmente, a atribuição a uma “causa” para as identidades sexuais e de gênero que fogem à norma ainda é comum, muito embora já se tenha o conhecimento científico de que todas as orientações sexuais e de gênero são totalmente naturais, positivas e criativas, e, portanto, merecem o devido respeito (Borges, 2009).

Embora a patologização das identidades sexuais e de gênero tenha sido proibida dentro da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999, 2018, 2021), algumas formas de preconceito ainda dão sinais de permanência na clínica psicológica tradicional. Parte da categoria profissional das pessoas psicólogas – especificamente dentro da clínica psicológica tradicional (constituída em bases cisheterocentristas⁴) – ainda compreende as pessoas e os casais LGBTQIAPN+ como se possuíssem conflitos, configurações e dinâmicas relacionais “iguais” aos das pessoas e casais cisheterossexuais (Mussi, 2021).

Na revisão sistemática de Cruciani et al. (2024), verificou-se que os profissionais da saúde mental apresentam lacunas de conhecimento e reconhecem a necessidade de treinamento específico sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Além disso, os marcadores sociodemográficos demonstraram influência tanto em suas atitudes quanto em seus níveis de conhecimento, o que, inevitavelmente, impacta na prática clínica. Portanto, o cisheterocentrismo, o heterossexismo, a falta de representatividade e as lacunas no conhecimento ou na formação profissional para lidar com a diversidade sexual e de gênero prejudicam o processo terapêutico de pessoas LGBTQIAPN+, colaborando para desfechos iatrogênicos na saúde mental dessa população (Da Silva dos Santos & Hohendorff, 2024; Gaspodini & Falcke, 2018). Considerando tais lacunas formativas e os riscos de práticas clínicas iatrogênicas, destaca-se a importância de recursos que auxiliem o/a/e

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e/ou travestis, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais, não binários/as/es e outras identidades.

² São consideradas cisgêneras as pessoas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento, e. g., se é do sexo feminino, é uma menina, se é do sexo masculino, é um menino. Assim, compreendem-se como transgêneras as pessoas que não se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento.

³ Pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com o gênero compreendido como o oposto.

⁴ Que compreende a cisgêneridade e a heterossexualidade como sendo o padrão ideal de gênero e orientação sexual.

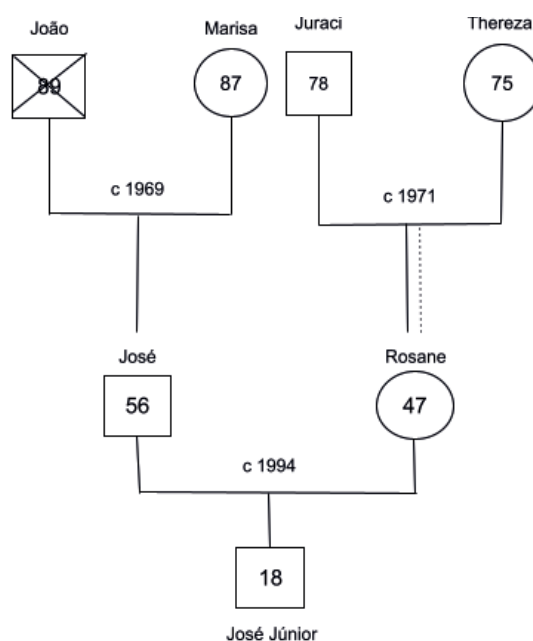
profissional a ampliar sua compreensão sobre a complexidade das relações familiares e sociais que atravessam a experiência das pessoas LGBTQIAPN+ (Muniz & Eisenstein, 2009).

Nesse sentido, tem-se o genograma, que se configura como uma ferramenta clínica que contribui para intervenções estratégicas, qualificadas e contextualizadas. Ele representa visualmente a história familiar por intermédio de diagramas e outras figuras, auxiliando na identificação de padrões transgeracionais por meio de símbolos padronizados (McGoldrick et al., 2012). Seu uso tornou-se conhecido em áreas como Medicina, Enfermagem e Psicologia com enfoque familiar (Jolly et al., 1980; Puskar & Nerone, 1996; Rogers, 1994).

Na Terapia Familiar Sistêmica, por exemplo, o genograma pode ser utilizado para verificar a composição familiar nuclear e extensa, refletir sobre dificuldades transgeracionais, engajar a família e evidenciar padrões relacionais familiares (McGoldrick & Gerson, 2005). Para o seu uso, foram definidas regras básicas: (a) utilizar simbologia padrão; (b) representar pelo menos três gerações; (c) iniciar com a re-

presentação do casal e filhos/as/es; (d) indicar ciclo vital familiar; (e) representar as relações familiares; (f) indicar os fatores estressores; e (g) obedecer à cronologia etária (das pessoas mais velhas para as mais novas. (Chapadeiro et al., 2012). Monica McGoldrick e Randy Gerson difundiram, por meio de seus trabalhos, a maioria dos símbolos que conhecemos hoje, no *North American Primary Care Research Group* (McGoldrick et al., 2012). Como é possível verificar pelo exemplo fictício da Figura 1, homens cisgêneros e heterossexuais (cisheterossexuais) são representados por quadrados, já as mulheres cisgêneras e heterossexuais (cisheterossexuais), por círculos. As idades das pessoas retratadas são indicadas no centro de cada símbolo. As linhas horizontais contínuas, que ligam um membro a outro, representam relações de conjugalidade, com a data da união escrita sobre a linha. Linhas verticais contínuas representam a ligação entre pais/mães e filhos/as/es biológicos/as/es. Uma linha vertical pontilhada junto com uma linha vertical contínua demonstra a ligação entre pais/mães e filhos/as/es por meio da adoção (Nichols & Schwartz, 2007).

Figura 1
Genograma Fictício 1



Nota. Família (fictícia) de José Júnior, composta por sete membros: José Júnior (18 anos), filho de Rosane (47 anos) e José (56 anos), os avós paternos João (falecido aos 89 anos) e Marisa (87 anos), e avós maternos Juraci (78 anos) e Thereza (79 anos) – os quais adotaram Rosane, o que é indicado pela linha pontilhada ao lado da linha contínua vertical.

O genograma, desenvolvido em meados da década de 1960 a partir dos estudos dos diagramas de Murray Bowen (médico, psiquiatra e terapeuta familiar), tinha como objetivo proporcionar uma visão ampliada e contextualizada dos sintomas apresentados pelas pessoas pacientes, orientando também estudantes de Medicina a adotarem uma perspectiva sistêmica em sua análise (McGoldrick et al., 2012). Torna-se válido ressaltar que, nessa mesma época, as identidades LGBTQIAPN+ ainda eram compreendidas como transtornos mentais (American Psychiatric Association, 1980). A partir disso, as conferências sobre genogramas, durante a década de 1980, padronizaram a simbologia a ser utilizada, insistindo em um conjunto único de símbolos a ser aplicado a todas as famílias (Rhodes-Phillips, 2024).

Na mesma época, a Terapia Afirmativa⁵ ganhava evidência na Europa, onde as discussões e os questionamentos sobre a despatologização das identidades homossexuais foram pioneiros (Organização Mundial da Saúde, 1990; Ramos, 2023). E, apesar da sua gênese em meados dos anos 1970, o termo Terapia Afirmativa ainda permanece desconhecido por muitas pessoas psicólogas, embora sua importância para uma prática inclusiva e acolhedora com pessoas LGBTQIAPN+ tenha sido reconhecida na literatura especializada (Da Silva dos Santos & Hohendorff, 2024).

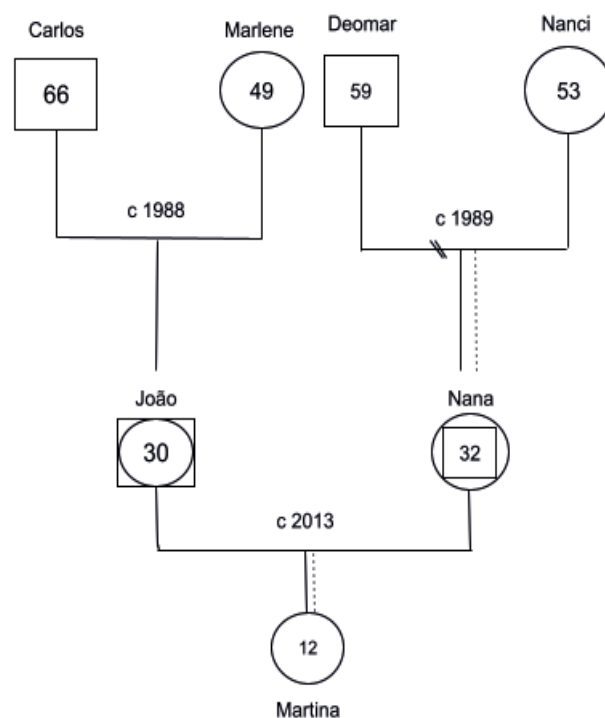
A Terapia Afirmativa reconhece e valida as identidades sexuais e de gênero, enfatizando que grande parte do sofrimento psíquico da população LGBTQIAPN+ decorre de estressores sociais e do estigma, e não da orientação sexual e/ou identidade de gênero em si (Ame-

rican Psychological Association, 2011). No Brasil, essa orientação ética e técnica encontra respaldo nas normativas do Conselho Federal de Psicologia que, desde a Resolução CFP nº 01/1999, veda a patologização de orientações sexuais dissidentes e, em resoluções posteriores, regulamenta o atendimento digno e não estigmatizante a pessoas trans, travestis, orientações bissexuais e/ou demais orientações não monossexuais (CFP, 1999, 2018, 2023). Estudos e revisões nacionais indicam lacunas na formação de profissionais e apontam que práticas afirmativas são recomendadas para reduzir danos e melhorar resultados clínicos para pessoas e famílias LGBTQIAPN+ (Da Silva dos Santos & Hohendorff, 2024; Mussi, 2021; Mussi & Malerbi, 2020).

De modo análogo, a evolução dos genogramas reflete a necessidade de representações mais inclusivas. Na década de 1980, Hof e Bergman (1986) propuseram o uso de triângulos inseridos em círculos e quadrados para indicar orientações não heterossexuais e identidades transgêneras, em uma tentativa de ressignificar o triângulo rosa que, durante o Holocausto, identificava pessoas homossexuais prisioneiras (Sow, 2022). Contudo, mostra-se válido ressaltar que o uso do triângulo (utilizando-se de variações) limita-se a marcar especificamente orientações sexuais homoafetivas, bissexuais ou transgênero/transsexuais. Assim, embora os genogramas tenham o objetivo de retratar as famílias de maneira precisa, contextual e respeitosa, alguns símbolos e padrões de representação no genograma ainda se baseiam em padrões cisheterocentros (Barsky, 2021), como é possível verificar na Figura 2, em que as identidades transgênero possuem símbolo específico, diferentemente de quem é cisgênero.

5 Trata-se de um conjunto de pressupostos transteóricos sobre as identidades LGBTQIAPN+ e uma atitude clínica especificamente voltada para o desenvolvimento da aceitação positiva da identidade sexual e de gênero, focando no modo como o preconceito afeta a pessoa/sistema (Borges, 2009; Ramos, 2023).

Figura 2
Genograma Fictício 2



Nota. Família (fictícia) de Nana e João, composta por sete membros: Carlos (66 anos) e Marlene (49 anos), pais de João (30 anos), que é casado com Nana (32 anos), filha de Deomar (59 anos) e Nanci (53 anos). Martina (12 anos), é filha de João e Nana, sua adoção é representada pela linha pontilhada ao lado da linha contínua vertical.

Embora os padrões de simbolização do genograma permaneçam praticamente inalterados desde a sua invenção, o avanço tecnológico digital das últimas décadas possibilitou o surgimento de aplicativos para o desenvolvimento de genogramas virtuais, facilitando a criação, o manuseio otimizado, a edição e o compartilhamento das informações (Chapadeiro et al., 2012). Mesmo considerando que os genogramas virtuais ainda apresentem baixa adesão à utilização, o uso de aplicativos de criação de genogramas familiares tende a aumentar com o tempo, dadas suas funcionalidades (Ivastcheschen et al., 2020). As possibilidades de expansão da capacidade do registro de dados no genograma e o cruzamento de tais informações permitirão uma compreensão mais abrangente e eficaz dos padrões familiares (McGoldrick et al., 2012).

Diante do potencial do genograma enquanto ferramenta clínica, em função da compreensão holística proporcionada pela representação simbólica do sistema familiar (com sua dinâmica, estrutura e configuração), a não representação ou representação limitada da identidade sexual e/ou gênero de alguém pode interferir de forma significativa na compreensão do processo e, por consequência, na condução das intervenções terapêuticas (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul [CRP/RS], 2024; Hof & Bergman, 1986). Quanto mais informações coletadas e representadas, maiores são as possibilidades de uma compreensão contextualizada e adequada do caso (McGoldrick et al., 2012). Assim, considerando a importância de intervenções mais contextualizadas e os avanços tecnológicos cada vez mais acelerados no

âmbito das ferramentas e dos recursos terapêuticos, este estudo visa investigar como é feita a representação de identidades LGBTQIAPN+ em aplicativos de criação de genogramas.

Método

O método da revisão de escopo permite explorar de forma mais aprofundada a variedade de opções existentes e os formatos de pesquisa, além de identificar características gerais sobre o tema, como a usabilidade e as funcionalidades oferecidas por cada aplicativo (Arksey & O'Malley, 2005). Portanto, foi realizada uma revisão de escopo com o objetivo de mapear os aplicativos gratuitos disponíveis na internet para elaboração de genogramas, utilizando termos em português, de modo a refletir os resultados que estariam acessíveis para pessoas usuárias no contexto do Brasil, e investigar como esses aplicativos representam as identidades LGBTQIAPN+. Além disso, uma análise de conteúdo foi utilizada como método complementar para examinar as informações obtidas. O método de análise de conteúdo permite a interpretação sistemática de diferentes dados, organizando-os em categorias de análise com o objetivo de identificar padrões de um conjunto de dados (Bardin, 2011). Tais procedimentos foram realizados pela primeira vez pela pessoa autora/pesquisadora deste estudo.

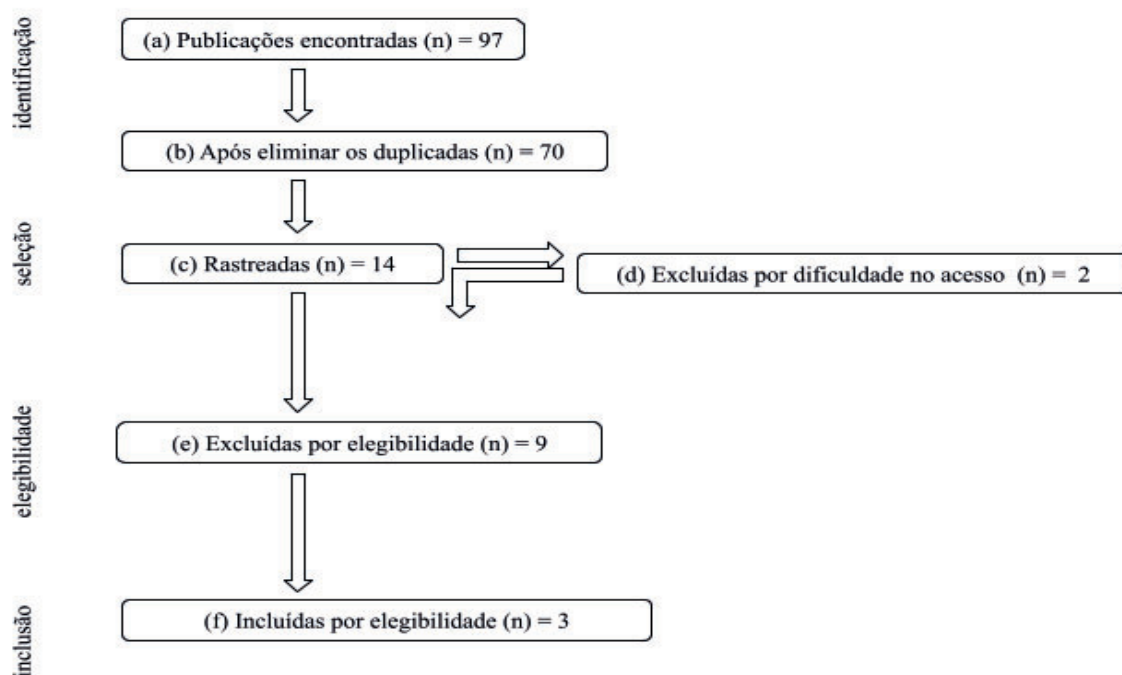
Inicialmente, foram obtidos 97 resultados por meio do buscador Google Chrome, utilizando o termo de busca: “Aplicativo de criação de genograma familiar gratuito”. Aplicaram-se os seguintes critérios de inclusão: (a) ser um aplicativo de criação de genogramas; (b) possuir uma versão gratuita ou de teste gratuito em pleno funcionamento; (c) dispor de manual e/ou instruções para uso e/ou modelos pré-determinados que guiem a usabilidade do aplicativo; e (d) utilizar símbolos padronizados e popularizados por autoras/es referência na área, como McGoldrick e Gerson (2005).

Os critérios de exclusão abarcaram: (a) resultados com o rótulo de “patrocinado”; (b) resultados que não dispuseram de tradução para a língua portuguesa no momento da busca; e (c) resultados repetidos. As informações extraídas dos aplicativos foram organizadas em categorias específicas relacionadas aos níveis de usabilidade de cada ferramenta, bem como à disponibilidade de símbolos para representação de identidades LGBTQIAPN+ e à possibilidade de inserção de informações adicionais de forma livre. Os critérios de avaliação da usabilidade incluíram aspectos como facilidade de uso, intuitividade da interface, flexibilidade de edição e possibilidades de personalização de símbolos, de acordo com referências teóricas sobre avaliação de softwares e interfaces digitais (Nielsen, 1994; Brooke, 1996).

A análise de conteúdo concentrou-se em duas dimensões principais: (a) usabilidade e praticidade, observando aspectos de interface, simplicidade e capacidade de edição; e (b) representatividade de identidades LGBTQIAPN+, avaliando se o aplicativo disponibilizava símbolos padronizados ou permissão para criação de formas livres de representação, respeitando a diversidade familiar. As categorias de análise foram definidas com base na literatura sobre genogramas, símbolos familiares e representação de diversidade (Hof & Bergman, 1986; McGoldrick et al., 2012).

Análise de Dados

Com base nos critérios de inclusão e exclusão apresentados, foram eleitos três aplicativos (*Álbum de Família*, *Edraw Max* e *GenoPro*), como pode ser verificado no fluxograma inspirado no modelo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*; Page et al., 2021), apresentado na Figura 3. Ressalta-se que as informações sobre o ano de criação e/ou atualização dos aplicativos incluídos não foram incluídas nesta análise, sendo recomendada como sugestão para estudos futuros.

Figura 3*Resultados Encontrados na Busca e nas Etapas do Processo de Inclusão*

Nota. (a) 97 resultados encontrados na busca por “aplicativo de criação de genograma familiar gratuito” no navegador Google Chrome; (b) Duas publicações duplicadas; (c) Rastreadas 14; (d) Dois resultados excluídos por dificuldade ou risco de acesso; (e) nove resultados foram excluídos pelos critérios de exclusão; (f) totalizando três resultados incluídos pelos critérios de inclusão.

Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, anteriormente citados, três aplicativos foram selecionados para a amostra final: *Álbum de Família*, *Edraw Max* e *GenoPro*. O aplicativo *Álbum de Família* é uma criação do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (Nescon) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o Departamento de Ciência da Computação da UFMG; notou-se que, em função da identificação de lacunas no genograma desenhado manualmente, torna-se difícil fazer alterações e compartilhar informações (UFMG, 2011). O aplicativo *Edraw Max* é uma criação da empresa *Wondershare*, que permite o desenvolvimento de diversos tipos de diagramas, gráficos e infográficos, com um variado banco de formas e imagens, possibilitando a construção de representações

gráficas complexas e diversas (*TechTudo*, n.d.). Já o aplicativo *GenoPro*, trata-se de um software que permite a construção de genogramas de forma virtual, possibilitando também a inserção de fotos, símbolos médicos e outras opções que viabilizam seu uso (*GenoPro*, 2020).

Resultados

Os aplicativos selecionados foram catalogados em tabelas, de acordo com seus níveis de usabilidade da ferramenta (quanto à intuitividade no acesso e à eficiência do aplicativo) (Tabela 1), disponibilidade de símbolos para representação de identidades LGBTQIAPN+ (Tabela 2) e presença de campos editáveis, para a inserção de outras informações relevantes (Tabela 3).

Tabela 1
Níveis de Usabilidade da Ferramenta

Usabilidade	Álbum de Família	<i>Edraw Max</i>	<i>GenoPro</i>
Intuitividade	Alta	Média	Alta
Eficiência	Alta	Alta	Alta

Nota. Os aplicativos foram organizados por nível de usabilidade (facilidade no uso do aplicativo). Especificou-se o nível de “intuitividade”, com relação ao entendimento agilizado e localização rápida dos comandos na interface, bem como o nível de “eficiência”, que se refere à forma fluida e ágil na utilização dos aplicativos e como eles operaram com relação às ferramentas e ao momento histórico em que se realizou esta pesquisa. Os níveis de usabilidade (intuitividade e eficiência) dos aplicativos foram classificados em “baixa” (para quando houve “intuitividade” e/ou pouca “eficiência” considerada baixa), “média” (para quando houve “intuitividade” e/ou “eficiência” considerada moderada) e “alta” (para quando houve “intuitividade” e/ou “eficiência” considerada alta).

Tabela 2
Disponibilidade de Símbolos para Representação de Cada Identidade LGBTQIAPN+

Símbolo representativo específico	Aplicativos		
	Álbum de Família	<i>Edraw Max</i>	<i>GenoPro</i>
Lésbica	Não	Sim	Não
Gay	Não	Sim	Não
Bissexual	Não	Sim	Não
Transexual	Não	Sim	Não
Travesti	Não	Não	Não
<i>Queer</i>	Não	Não	Não
Intersexual	Não	Não	Não
Assexual	Não	Não	Não
Pansexual	Não	Não	Não
Não binário/a/e	Não	Não	Não
+ (outras identidades sexuais e/ou de gênero)	Não	Não	Não

Nota. Os aplicativos foram classificados pela disponibilidade de representação (por símbolo) de cada identidade LGBTQIAPN+.

Tabela 3*Presença de Campos Editáveis para a Inserção de Outras Informações*

Aplicativos	Classificação	
	Presença de campos editáveis	Facilidade no uso
Álbum de Família	Sim	Sim
<i>Edraw Max</i>	Sim	Não
<i>GenoPro</i>	Sim	Não

Nota. Os aplicativos foram classificados por possuir ou não a possibilidade de inserção de outras informações, por meio de campos editáveis (para inserção de legendas referentes às identidades sexuais e de gênero, por exemplo). Também foram classificados, nesse sentido, por “facilidade no uso” (o quanto é prático encontrar, utilizar e visualizar o recurso do campo editável em cada aplicativo).

Dos aplicativos analisados, apenas o Álbum de Família dispõe de versão totalmente gratuita. Os aplicativos *Edraw Max* e *GenoPro* têm versões gratuitas para teste, com recursos limitados e/ou tempo de expiração pré-determinado a partir da inscrição no serviço. Todos os aplicativos exigiram cadastro por meio de *login* e senha. Com relação às instruções de uso, o aplicativo Álbum de Família apresenta manual no próprio site. A ferramenta *Edraw Max* tem modelos pré-determinados que guiam a pessoa usuária na criação de genogramas, que, no aplicativo, nomeiam-se como “heredogramas”. No aplicativo *GenoPro*, as instruções de uso estão prontamente acessíveis na interface principal do aplicativo assim que é aberto.

Com relação à usabilidade dos aplicativos (Tabela 1), Álbum de Família e *GenoPro* possuíram classificação alta, tendo em vista a facilidade no acesso, na abertura, na fluidez e na edição dos recursos durante a utilização. Apesar de abundantes as possibilidades editáveis do *Edraw Max*, o aplicativo não recebeu uma classificação alta durante a pesquisa, especialmente ao desenvolver genogramas e editar elementos como linhas de relacionamento, nos quais funções como alinhamento e centralização precisaram ser reorganizadas frequentemente durante a criação e o ajuste do genograma.

No momento desta pesquisa, os aplicativos Álbum de Família e *GenoPro* não dispuseram de símbolos para representação de identidades LGBTQIAPN+ (no geral ou individualmente; Tabela 2). O aplicativo *Edraw Max* tem representação para algumas identidades, as quais, seguindo a nomenclatura do próprio aplicativo, são elas: identidades lésbica, gay, bissexual, transexual feminino e transexual masculino.

Os três aplicativos analisados contam com campos editáveis (Tabela 3) que possibilitam a inserção de outras informações relevantes (como a definição de identidades sexuais e de gênero dissidentes, por exemplo). Entretanto, apenas o Álbum de Família apresentou, de forma perceptível, na interface principal, a visualização das informações inseridas nos campos editáveis (que, na interface do aplicativo, corresponde ao botão “observações”, no ícone “editar”).

Discussão

A utilização de um aplicativo para criação de genogramas mostrou-se relevante ao facilitar aspectos da compreensão dos sistemas familiares, tendo em vista as possibilidades de detalhamento de informação que essas ferramentas tecnológicas oferecem. Em comparação com os genogramas desenhados manualmente, nos quais

faz-se a escolha entre evidenciar a organização ou o nível de detalhamento das informações fornecidas, os aplicativos de genograma permitem a exploração simultânea dessas dimensões, por meio de diferentes *layouts* (McGoldrick et al., 2012).

No presente estudo, buscou-se analisar as funcionalidades e os benefícios dos aplicativos de criação de genograma, com foco específico na representatividade LGBTQIAPN+. Tal objetivo revelou diferentes potenciais e limitações que podem impactar a prática clínica, especialmente no contexto da terapia familiar. A ausência ou a insuficiência de representações adequadas para identidades sexuais e de gênero dissidentes tem implicações éticas e clínicas importantes, pois pode dificultar o acolhimento integral das experiências de pessoas LGBTQIAPN+ e reforçar, de forma implícita, a matriz cisheteronormativa.

O aplicativo *Álbum de Família* destacou-se por sua interface simples e acessível, com campos editáveis que permitem certa flexibilidade no registro de marcadores sociais. Já o aplicativo *Edraw Max* apresentou símbolos específicos para identidades lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, em consonância com os ícones propostos por McGoldrick e Gerson (2005). Já o *GenoPro* evidenciou robustez na organização e no registro de dados, permitindo ampla edição das informações em abas. Além desses, foi identificado o *Enogram Designer (GD): Software Web para Inclusão de Gênero e Orientação Sexual nos Genogramas*, desenvolvido por Fernandes et al. (2019), cuja proposta era justamente suprir a lacuna na representação de identidades LGBTQIAPN+. Contudo, não foi possível realizar o download do aplicativo, o que impediu sua inclusão na análise.

Considerando apenas os aplicativos efetivamente examinados, a análise revelou lacunas significativas relacionadas à representatividade. Nenhum dos aplicativos avaliados apresentou símbolos próprios para identidades *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não binárias e outras identidades minoritárias. Essa limitação

pode comprometer a utilização clínica do genograma como recurso inclusivo, uma vez que restringe a visibilidade de vivências que fogem à normatividade. Ainda que alguns programas, como o *Álbum de Família* e o *GenoPro*, ofereçam recursos “não específicos” e/ou “não determinados”, essa alternativa não supre a necessidade de representatividade assertiva e adequada, que constitui um aspecto fundamental para a prática psicológica afirmativa.

Outro aspecto observado refere-se à ausência de símbolos para representar heterossexualidade e cisgeneridade de forma explícita e diferenciada. Essa invisibilidade decorrente da naturalização da cisheteronormatividade, minimiza a pluralidade das configurações familiares contemporâneas, que, segundo Carter e McGoldrick (1995), são cada vez mais complexas e diversas. Essa lacuna na representação pode limitar a compreensão crítica e global que os genogramas permitem, além de perpetuar desigualdades simbólicas, repercutindo em microviolências, por exemplo.

Dessa forma, os achados desta pesquisa dialogam com produções brasileiras sobre terapia afirmativa, que ressaltam a importância de criar práticas e ferramentas que reconheçam e incluam a diversidade sexual e de gênero (Da Silva dos Santos & Hohendorff, 2024; Mussi & Malerbi, 2020). Considerando que pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam, com frequência, preconceito, estigma familiar, rompimento de vínculos e necessidade de construir redes de apoio, a ausência de representações gráficas adequadas nos genogramas pode significar mais uma barreira no processo terapêutico. A utilização de ferramentas inclusivas, portanto, deve ser entendida não apenas como uma questão técnica, mas também como critério ético que orienta a atuação psicológica.

Os resultados sugerem que futuras melhorias técnicas nos aplicativos de genograma poderiam contemplar a incorporação de novos símbolos, campos automáticos para registro de identidades dissidentes e *layouts* neutros, ampliando o potencial inclusivo dessas ferramentas. Tais avanços fortaleceriam a utilização do

genograma enquanto recurso de acolhimento e visibilidade, indo em encontro à proposta de uma clínica comprometida com a diversidade e com os princípios de uma psicologia afirmativa.

Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou fornecer *insights* iniciais sobre a representação de identidades LGBTQIAPN+ em aplicativos de criação de genogramas, buscando compreender de que forma tais ferramentas dialogam (ou não) com a diversidade presente nas configurações familiares contemporâneas. A ausência de símbolos ou descritores padronizados que representem, de forma independente, características como sexo, gênero e orientação sexual foi compreendida como reflexo das limitações ainda existentes na produção de recursos clínicos inclusivos. Embora haja cada vez mais esforços para incluir e representar a diversidade sexual e de gênero, ainda se enfrentam desafios e limitações de representatividade em contextos clínicos. Tal ausência não se restringe a um aspecto técnico: trata-se também de um marcador ético, pois a invisibilidade de determinadas identidades pode reforçar silenciamentos e perpetuar formas sutis de preconceito.

Como avanço, esta pesquisa evidenciou que aplicativos distintos oferecem potenciais complementares, como campos editáveis, possibilidades gráficas alternativas e maior detalhamento de informações, recursos que podem ampliar a flexibilidade do genograma na prática clínica. Contudo, as lacunas observadas (especialmente em relação a identidades *queer*, não binárias, intersexo, assexuais e pansexuais) demonstram que tais avanços ainda são insuficientes para atender às demandas de uma clínica comprometida com a diversidade sexual e de gênero.

Algumas limitações do estudo também merecem ser destacadas. A análise concentrou-se em aplicativos de acesso público disponíveis na internet, o que não contempla possíveis ferramentas desenvolvidas para uso institucional restrito ou para contextos clínicos específicos. As informações sobre o ano de criação e/ou atu-

alização dos aplicativos estudados não foram incluídas nesta análise, sendo recomendada como sugestão para estudos futuros. Além disso, a impossibilidade de incluir o *Enogram Designer* (Fernandes et al., 2019), mesmo diante de tentativas de contato com as pessoas desenvolvedoras, restringiu a comparação com uma proposta que se apresentava, em teoria, como diretamente inclusiva.

O padrão tradicional do genograma, que associa o quadrado ao homem e o círculo à mulher, ainda considera marcadores sociais como cisgeneridade e heterossexualidade, naturalizando-os como norma e relegando identidades dissidentes à adaptação criativa das pessoas profissionais ou ao uso de observações em campos de anotação. Essa naturalização mantém a cisheteronormatividade como referência, dificultando uma leitura mais crítica das dinâmicas familiares e das experiências LGBTQIAPN+.

Assim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o escopo de análise, explorando tanto o desenvolvimento técnico de novos símbolos quanto a incorporação da perspectiva de pessoas LGBTQIAPN+ no *design* das ferramentas, a fim de produzir recursos efetivamente inclusivos e não estigmatizantes. Investigações dessa natureza podem contribuir para fortalecer a clínica psicológica afirmativa, consolidando o genograma como instrumento de acolhimento, visibilização e transformação das práticas em terapia familiar e individual.

Contribuição dos autores

Bianca da Silva dos Santos: responsável pela concepção, coleta e análise de dados, redação do artigo.

Isadora Cechin Filipiack: responsável pela concepção e revisão geral do material.

Cláudia Mara Bosetto Cenci: responsável pela revisão geral do material.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste manuscrito.

Referências

- American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3rd ed.).
- American Psychological Association. (2011). Guidelines for psychological practice with lesbian, gay, and bisexual clients. *American Psychologist*, 67(1), 10–42. <https://doi.org/10.1037/a0024659>
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: Towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8(1), 19–32. <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (I. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Edições 70. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf
- Barsky, A. E. (2021). Sexuality- and gender-inclusive genograms: Avoiding heteronormativity and cisnormativity. *Journal of Family Psychotherapy*, 32(2), 145–162. https://www.researchgate.net/publication/347964561_Sexuality-and_Gender-Inclusive_Genograms_Avoiding_Heteronormativity_and_Cisnormativity
- Borges, K. (2009). *Terapia afirmativa: Uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais*. Edições GLS.
- Brooke, J. (1996). SUS: A “quick and dirty” usability scale. In P. W. Jordan, B. Thomas, B. A. Weerdmeester, & I. L. McClelland (Eds.), *Usability evaluation in industry* (pp. 189–194). Taylor & Francis.
- Butler, J. (2003). Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In J. Butler, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.; cap. 1, pp. 15–60). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1993)
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed., M. A. V. Veronese, Trad.). Artmed.
- Chapadeiro, C. A., Andrade, H. Y. S. O., & Araújo, M. R. N. (2012). *A família como foco da Atenção Básica à Saúde*. Nescon UFMG. <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3911.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). *Resolução CFP N° 001/99 de 22 de março de 1999*. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Resolução CFP n° 001/2018*. Estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às pessoas travestis e transexuais. <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-01-2018/#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CFP%20n%C2%BA%2001,desenvolvimento%20de%20culturas%20institucionais%20discriminat%C3%B3rias>
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-psicologos-e-psicologues-em-politicas-publicas-para-populacao-lgbtqia/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2023). *Referências técnicas para atuação profissional em políticas públicas para a população LGBTQIA+*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf
- Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. (2024). *Diretrizes para práticas psicológicas com pessoas trans e não binárias*. <https://www.crprs.org.br/conteudo/others/file/35a995b2ba8493c19d715c00a03721bd.pdf>
- Cruciani, G., Quintigliano, M., Mezzalana, S., Scandurra, C., & Carone, N. (2024). Attitudes and knowledge of mental health practitioners towards LGBTQ+ patients: A mixed-method systematic review. *Clinical Psychology Review*, 113, 102488. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2024.102488>
- Da Silva dos Santos, B., & Von Hohendorff, J. (2024). Uma revisão integrativa sobre a Terapia Afirmativa no Brasil: Atualizações desde 2009. *Cadernos de Psicologia*, 4(2), 16. <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/243>
- Fernandes, C. S., Cardoso, A. G. C. L., & Melo, V. M. de. (2019). *ENOGRAFIA DESIGNER (GD): Software web para inclusão de gênero e*

- orientação sexual nos genogramas* [Computer software]. Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. <https://integra.ifms.edu.br/t/genogram-designer--gd---software-web-para-inclusao-de-genero-e-orientacao-sexual-nos-genogramas>
- Foucault, M. (1985). *A história da sexualidade* (J. A. Guilhaon Albuquerque, Trad.; Vol. 2, O uso dos prazeres). Graal.
- Fry, P., & MacRae, E. (1991). *O que é homossexualidade* (7. ed., Vol. 81, Primeiros passos). Brasiliense. (Obra original publicada em 1983)
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018). Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 38(4), 744–757. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>
- GenoPro. (2020). *O melhor software de genealogia para desenhar árvores genealógicas e genogramas*. <https://genopro.com/>
- Hervouet, T. (2024). *A invenção da família ocidental* (C. Souza, Trad.). Vozes.
- Hof, L., & Berman, S. (1986). The sexual genogram: A clinical tool for assessing sexual patterns in families. *Journal of Family Therapy*, 8(3), 239–252. https://www.researchgate.net/publication/254273453_Revisiting_the_Sexual_Genogram
- Ivastcheschen, T., Sicorra, T. R., Santos, R. A., & Silva, M. F., Jr. (2020). Genograma manual versus virtual: Comparabilidade da aplicabilidade dos métodos. *Pensar Acadêmico*, 18(1), 114–122. <https://doi.org/10.21576/pa.2020v18i1.1170>
- Jolly, W., Froom, J., & Rosen, M. G. (1980). The genogram. *Journal of Family Practice*, 10(2), 251–255. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7354276/#:~:text=Abstract,recording%20and%20the%20symbols%20employed>
- McGoldrick, M., & Gerson, R. (2005). *Genograms: Assessment and intervention* (2. ed.). W.W. Norton & Company.
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar* (S. M. Rosa, Trad.; Vol. 3). Artmed.
- Meyer, I. H. (2007). Prejudice and discrimination as social stressors. In I. H. Meyer & M. E. Northridge (Eds.), *The health of sexual minorities: Public health perspectives on lesbian, gay, bisexual, and transgender populations* (pp. 242–267). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-0-387-31334-4_10
- Muniz, R. J., & Eisenstein, E. (2009). Genograma: Informações sobre família na (in)formação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(1), 72–79. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000100010>
- Mussi, S. V. (2021). *Estudos sobre sexualidade e gênero, e a avaliação do curso “Considerações a respeito da psicoterapia dirigida a pessoas LGBTQIAP+”* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/handle/30989/1/Samir%20Vidal%20Mussi.pdf>
- Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1). <https://doi.org/10.31505/rbtec.v22i1.1438>
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (7. ed.). Artmed.
- Nielsen, J. (1994). *Usability engineering*. Academic Press.
- Organização Mundial da Saúde. (1990). *Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde* (10. ed.).
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 71(1). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Puskar, K., & Nerone, M. (1996). Genogram: A useful tool for nurse practitioners. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 3(1), 55–60. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2850.1996.tb00192.x>
- Ramos, M. de M. (Org.). (2023). *Manual de Terapia Afirmativa: Um guia para a psicoterapia com pessoas LGBTQ+*. Afirmativa.

- Reis, T. (2018). *Manual de comunicação LGBTI+*. GayLatino.
- Rhodes-Phillips, S. (2024, September). *Rethinking gender in genograms. Research in Practice*. <https://www.researchinpractice.org.uk/children/news-views/2024/september/rethinking-genograms/>
- Rogers, J. C. (1994). Can physicians use family genogram information to identify patients at risk of anxiety or depression?. *Archives of Family Medicine*, 3(12), 1093–1098. <https://doi.org/10.1001/archfami.3.12.1093>
- Sow, E. (2022, September 30). *The Pink Triangle: From badge of shame to symbol of self-identity*. Public History Amsterdam. <https://publichistory.humanities.uva.nl/blog/the-pink-triangle-from-badge-of-shame-to-symbol-of-self-identity/>
- TechTudo. (n.d.). *Mapeie a sua vida*. Recuperado em <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/edraw-max/>
- Universidade Federal de Minas Gerais. (2011, 22 de agosto). UFMG e Ministério da Saúde lançam ferramenta que mapeia histórico familiar. *Boletim UFMG*, (1745). <https://www.ufmg.br/online/arquivos/020603.shtml>

Editor Associado: Elder Cerqueira-Santos

Recebido: 10/02/2025

1ª revisão: 21/09/2025

Aceite final: 22/09/2025



O(s) autor(es), 2026. Acesso aberto. Este artigo está distribuído nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(ais) e à fonte, fornecer um link para a licença Creative Commons e indicar se as alterações foram feitas.